

CRISE ASIÁTICA MUDA MODELO ECONÔMICO E FLUXO DE CAPITAIS

A crise asiática teve início há um ano, na Tailândia, espalhou-se rapidamente para os demais tigres asiáticos até atingir, recentemente, o Japão. Tem suas raízes no modelo de desenvolvimento adotado por esses países ao longo das últimas décadas, baseado na participação intensa do Estado no planejamento e financiamento da atividade econômica e no controle rígido das importações.

Embora quando há intervenção maciça do governo em qualquer processo econômico seja difícil separar o joio do trigo, ou seja, dizer o que é viável e o que é inviável economicamente, enquanto a política de financiamentos patrocinada pelo Estado foi direcionada para a industrialização, e as elevadas barreiras alfandegárias, antes da OMC, impediam a concorrência, o desempenho dessas economias atingiu índices invejáveis de crescimento.

Esse fato sem dúvida abafou todas as críticas ao artificialismo do modelo existente e criou o ambiente propício para o surgimento de uma verdadeira corrente da felicidade asiática, envolvendo o sistema financeiro e o mercado imobiliário, com amplos reflexos nas bolsas de valores.

Com a expansão exagerada do volume de investimentos imobiliários, alavancados pelo sistema bancário, os preços dos imóveis (que eram dados como colateral nos empréstimos) foram para o espaço sideral. Enquanto em Manhattan ou em lugares nobres de Paris um apartamento de duas peças custava em torno de US\$ 200.000,00, um similar em Hong Kong e Tóquio custava até dez vezes mais.

Quando o mercado começou a captar sinais de exaustão do modelo existente, os reflexos foram fortes e imediatos no câmbio, nas bolsas de valores e no mercado imobiliário.

Em um ano a moeda japonesa, o Yen, já caiu mais de 20% em relação ao dólar; o Won da Coreia do Sul, mais de 55%; o Bath da Tailândia, 70% e a Rupia, da Indonésia, 80%. O índice Nikkey da Bolsa de Tóquio caiu 17%; a Bolsa da Coreia do Sul, 60%; a da Tailândia, 53% e a da Indonésia, 37%.

No mercado imobiliário, a crise elevou o índice de inadimplência, derrubou os preços dos imóveis e, com eles, o valor dos colaterais, dado aos bancos. No Japão a queda dos preços dos imóveis chegou a mais de 70%, e arrastou o ineficiente sistema bancário japonês para a maior crise de sua história. Algumas estimativas indicam que os créditos "podres" passaram de US\$ 26 bilhões em 1992 para US\$ 550 bilhões atualmente.

Como o funcionamento e o desempenho de qualquer economia moderna depende fundamentalmente de um sistema financeiro sólido e eficiente, que transmita um elevado grau de confiabilidade para os agentes econômicos, a demora do governo do Japão em tomar medidas concretas para sanear o seu sistema financeiro está corroendo a capacidade de reação do sistema econômico japonês, prejudicando a recuperação dos demais países da região, derrubando o câmbio e provocando fuga em massa de capitais. Estima-se que o PIB do Japão tenha uma queda de mais de 5% no ano fiscal de 1998, o que indica fortes sinais de recessão.

A crise da Ásia está forçando os países da região a mudar o seu modelo econômico, baseado na estreita associação entre os bancos, as empresas e o Estado (portanto, com forte influência de princípios mercantilistas) conhecido como "crony capitalism" cujo significado, em português, é mais ou menos "capitalismo de ação entre amigos", para um modelo de economia mais aberto e mais orientado para o mercado.

Na realidade, pode-se dizer que os tigres asiáticos e o Japão estão vivendo um processo de purgação, imposto pelo mercado, devido ao "crony capitalism" e ao grande "inchaço" do circuito do papel, ou seja, dos setores financeiro e acionário (com reflexos diretos no mercado imobiliário), que se expandiram sem o devido lastro do lado real da economia.

O grande problema atual é saber quanto tempo vai durar esse processo de purgação. É evidente que a Ásia, notadamente o Japão, com um PIB de US\$ 4,2 trilhões (1997) é vital para o mundo, e, portanto, todos os países querem que perdure o menor tempo possível. O dilema de países, como os EUA, que têm grande peso na economia mundial, é que a saída da crise asiática vai depender fundamentalmente do Japão, onde pouco pode ser feito de fora para dentro, a não ser algumas intervenções circunstanciais no mercado de câmbio, que, por sinal, têm mais efeito psicológico.

A crise da economia japonesa, que começou a dar sinais no início dessa década, foi agravada mais ainda pelo aumento no já elevado nível doméstico de poupança (e, portanto, redução do consumo), que por seu turno foi provocada pelo aumento no grau de incerteza acerca do futuro da economia e pela forma vacilante com que o governo nipônico encarou a crise desde o início.

No momento, a pressão mundial e doméstica (que culminou recentemente com a saída do primeiro-ministro Hashimoto) é muito grande, e a expectativa geral é que o plano de emergência do governo anterior, chamado de "Plano Total", que entre outras medidas inclui o saneamento definitivo do sistema bancário, seja logo posto em prática pela nova administração.

Do ponto de vista brasileiro, duas coisas são importantes, com relação à crise asiática: as lições que podem ser tiradas e as medidas que podem ser tomadas para reduzir o seu impacto, ou mesmo para tirar proveito de alguns de seus efeitos. Afinal de contas, em economia existe uma lei quase tão importante quanto a lei da oferta e da procura: quando alguém sai perdendo, alguém sai ganhando.

Com relação às lições, elas estão concentradas em duas áreas: a) política cambial, b) papel do Estado na economia.

As desvalorizações no câmbio dos países asiáticos mostraram, primeiramente (como ocorreu no México em 1993), que os seus desdobramentos são imprevisíveis, e geralmente fogem do controle das autoridades governamentais. Na maioria das vezes, uma meta de desvalorização, digamos de 15%, leva rapidamente a desvalorizações sucessivas e muito superiores, e o pior, para estancar as quedas e corrigir os estragos, os governos têm que pedir ajuda ao FMI, e lançar mão de todos os controles que existiam antes da desvalorização, só que em um contexto bem mais complexo e muito mais adverso.

Em segundo lugar, elas mostraram que não têm, nem de longe, os efeitos desejados em termos de aumento nas exportações, pois hoje em dia as economias são muito interligadas e as desvalorizações da moeda encarecem as importações de matérias-primas, máquinas, equipamentos, etc., que terminam por anular os efeitos da mudança cambial.

Em terceiro lugar, uma mudança no câmbio mergulha a economia numa nuvem de incerteza muito grande, prejudicando a captação de investimentos diretos no exterior e, em alguns casos, provocando uma fuga maciça de capitais.

Quanto ao papel do Estado na economia, ficou mais uma vez evidente que, independentemente de cultura, disciplina e regime político de um país, toda vez que o setor público intervém diretamente no sistema econômico, ou estatizando completamente os meios de produção (modelo soviético) ou estatizando algumas atividades consideradas estraté-

gicas (modelo brasileiro) ou por meio do "crony capitalism" (modelo asiático), cedo ou tarde, o mercado cobra a fatura. Como é do conhecimento geral, a Rússia está pagando penosamente, desde 1989, os vícios, ineficiências e distorções de mais de 80 anos de uma economia completamente estatizada, o Brasil está pagando desde o início dos anos oitenta pelo alto grau de intervenção do Estado em quase todos os setores da economia e agora os chamados tigres asiáticos estão pagando pelas longos anos de pesada interferência do Estado na alocação dos recursos.

O consenso geral é que, dada a grande capacidade de recuperação da economia japonesa, já demonstrada após a II Guerra Mundial, logo a crise será debelada. No curto prazo, porém, o comércio mundial está sendo bastante afetado, principalmente o dos países que concentram suas exportações para o Sudeste da Ásia, na área de bens de capital e de produtos industrializados. No caso dos produtos agrícolas, todavia, a expectativa é que o efeito de curto prazo da crise seja mais em termos de redução taxa de crescimento (que foi muito alta nos últimos anos), do que de redução drástica das importações, pois todos os países asiáticos são grandes importadores de alimentos para suprir o consumo doméstico, e continuarão sendo.

Isso de certa forma facilita a posição do Brasil, cujas exportações para a Ásia são basicamente agrícolas, e facilita a estratégia de manter as posições alcançadas em anos anteriores, bem como de lançar as bases para uma penetração maior nos mercados agrícolas asiáticos após a crise.

De qualquer maneira, é evidente que os eventos da Ásia deixarão seqüelas nos próximos anos, que sem dúvida afetarão as decisões de investimento em nível mundial, e, portanto, o movimento internacional de capitais. Diferentemente do atual contexto vivido pelos países asiáticos, o lado real da economia brasileira, representado principalmente pelo seu imenso estoque de recursos naturais, é muito superior ao outro lado financeiro e mobiliário.

Nesse aspecto é que o Brasil pode tirar grandes vantagens, criando um ambiente econômico favorável e com baixa taxa de risco cambial, para atrair parte do grande volume de investimentos diretos, que era direcionado para o Sudeste da Ásia.

Para isso, é uma questão vital a manutenção da atual política cambial e o afastamento definitivo de qualquer possibilidade da volta de regimes cambiais anteriores, que foram exaustivamente usados no passado e que definitivamente não deram os resultados esperados em termos de exportações. Afinal de contas, a economia brasileira é a única economia importante no mundo em que as exportações não refletem a posição do PIB. Em 1997, apesar de ser a sétima economia do mundo, com um PIB de US\$ 802 bilhões, alcançou apenas o 25º lugar nas exportações (US\$ 52,9 bilhões). O México, com menos da metade do PIB brasileiro, alcançou US\$ 110 bilhões.

Também é importante a manutenção de um nível elevado de reservas internacionais (para reduzir o risco de ataques especulativos contra o Real) e a agilização das várias medidas estruturais na área tributária, trabalhista e de infraestrutura para reduzir o chamado "custo Brasil."

Carlos Nayro Coelho
Secretário de Política Agrícola do MA